



RESILIÊNCIA E SERVIÇO SOCIAL NA ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS

JORGEANE CORRÊA RIBEIRO*

RESUMO

Construção teórica-prática-teórica da relação entre resiliência, Direitos Humanos e Serviço Social, desenvolvida através de pesquisa bibliográfica, entrevistas, minicursos e oficinas, envolvendo 56 pessoas. Mostra a importância da garantia dos Direitos Humanos como mecanismo de proteção para transformar situações-problema ocasionadas por desigualdades sociais em situação de igualdade e desenvolvimento humano e social. Reconstrói o conceito de resiliência, informa como vem sendo desenvolvida no Serviço Social através da práxis e propõe o conceito de resiliência no Serviço Social.

Palavras-chave: Resiliência, Direitos Humanos e Serviço Social.

ABSTRACT

Construction theoretical-practice-theoretical of the relationship among resilience, human rights and Social Work, developed through bibliographical research, interviews, short courses and workshops, involving 56 people. It shows the importance of the guarantee of the Human Rights as mechanism of protection to transform situation-problem caused by social inequalities in situation of equality and human and social development. It reconstructs the resilience concept, it informs as it comes being developed in the Social Service through the praxis and considers the concept of resilience in the Social Work.

Key-word: Resilience, Human Rights and Social Work.

1 INTRODUÇÃO

Para se compreender a resiliência de forma simples, podemos fazer uma analogia com o semáforo, onde o sinal vermelho representa o enfrentamento da adversidade que nos faz parar por um momento; o sinal amarelo representa a superação e, o sinal verde, o fortalecimento, indicando que estamos prontos para novos desafios. O sinal amarelo é muito rápido, mas não podemos ignorá-lo e passarmos para mais uma etapa de nossas vidas, levando adversidades não resolvidas, que dificultarão as etapas seguintes. Em síntese, Sinal Vermelho (Enfrentamento) Sinal Amarelo (Superação) e Sinal Verde (Fortalecimento).

O contato com o termo resiliência trouxe uma evolução nos estudos, pesquisas e intervenções sobre os temas da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes

*Assistente Social; Ex-bolsista PIBIC/CNPq; Especializanda em Saúde Pública/UEPA; Integrante do Resílio - Grupo de Estudos e Pesquisas de Resiliência na Amazônia.

(VDCCA) e da Formação Profissional do Assistente Social realizados no Programa Luamim: peças interventivas na realidade sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Heliana Baia Evelin Soria. A resiliência surgiu nestes estudos como uma abordagem teórico-metodológica para a solução de adversidades identificadas em ambos os temas.

A partir de então, realizei a pesquisa “Resiliência: um estudo com crianças e adolescentes em situação de direitos violados” (PIBIC/UFGA), obtendo como um dos resultados, o trabalho de conclusão de curso, versão completa deste artigo, no qual, dentre outros objetivos, busquei compreender a relação da resiliência e o Serviço Social sob a ótica dos direitos humanos.

Desenvolvido por meio de diversas metodologias, especialmente de minicursos e oficinas de resiliência, potencializados por pesquisas bibliográficas, entrevistas e discussões em grupo de estudo; o presente trabalho envolveu um universo de 56 pessoas, dentre elas, crianças, adolescentes, técnicos, docentes, discentes, voluntários, bolsistas e estagiários da Universidade Federal do Pará e Programa Luamim, no ano de 2005 e início de 2006.

Os minicursos Resiliência e Direitos Sociais foram dois momentos de debate, reflexão e sistematização essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. O grupo de 33 participantes formado por jovens, adultos e idosos, entre 19 a 70 anos, a maioria de 19 a 25 anos; estudantes e profissionais, sendo que, 25 só estudavam e 8 estudavam e exerciam uma profissão. Pertencentes a sete diferentes cursos: Serviço Social, Letras, Ciências Sociais, Direito, Biblioteconomia, Medicina, Pedagogia e Uniterci (Projeto da UFGA que trabalha com educação na terceira idade); a maioria pertencente ao curso de Serviço Social e Letras; estavam no 4º semestre; e, 73% destes, eram mulheres.

A oficina de resiliência foi um momento com crianças e adolescentes, em que estes puderam refletir suas potencialidades e fatores protetores internos e externos para o desenvolvimento pessoal e social por meio da teoria da resiliência. Na oficina houve apresentação artística; dinâmica de integração; exposição do filme “A voz do Coração”; reflexões e debates sobre as principais adversidades enfrentadas por personagens do filme, os fatores de risco e proteção relacionados às adversidades e as formas como os personagens enfrentaram, superaram e saíram fortalecidos. As 20 crianças, adolescentes e jovens que participaram das oficinas tinham idades entre 8 a 23 anos, sendo que as idades que mais predominaram foram 20 e 14 anos.

2 RESILIÊNCIA

A palavra resiliência deriva do verbo latino *resilio* (re+salio) que significa: “saltar para traz”, “voltar saltando”; “retirar-se sobre si mesmo”, “encolher”, “reduzir-se”, “recuar”, “desdizer-se”. É encontrada no dicionário de diversas línguas como: latim: *resilientia*, no italiano: *resilienza*, no francês: *resilinci*, no inglês: *resiliency* e no português: resiliência. (apud Tavares, 2001).

Os primeiros estudos de resiliência surgiram nas Ciências Exatas (Física e Engenharia), a partir do conceito de *resiliência de materiais* do cientista inglês Thomas Young “que descrevia experimentos sobre tensão e compressão de barras, buscando a relação entre a força que era aplicada num corpo e a deformação que essa força produzia” (Timoshebo, 1983, in. Szymanski e Yunes, in. Tavares, 2001:15). Definindo-a como a capacidade de *resistência dos materiais* ao choque, às pressões, às forças. Quanto mais resistente o material, mais resiliente.

Por outro lado, os estudos da resiliência nas Ciências Humanas e Sociais “se inicia desde os fins dos anos 70 a partir da psicopatologia” (Junqueira & Deslandes, 2003, in. Assis, Deslandes & Silva, 2004:27), e há pouco mais de vinte anos na Psicologia (Szymanski & Yunes, 2001, in. Tavares, 2001:15-16).

Segundo Szymanski & Yunes (2001:17-22) os primeiros estudos de resiliência nas Ciências Humanas surge a partir das pesquisas de Emily Werner, Ruth Smith, Norman Garmezy, Ann. S. Masten, Suniya Luthar e outros estudiosos do desenvolvimento humano.

Os primeiros conceitos de resiliência (1974 a 1997) focam condições e traços pessoais do indivíduo, alguns tratam dos meios para se obter resiliência e não a resiliência em si, definem resiliência através de palavras como: capacidade; habilidade; atributo; resistência, adaptação; ajustamento; etc. Refletimos sobre algumas definições, estabelecendo debate entre autores e análise crítica. No trabalho de onde originou este artigo, esse debate vem em forma de questionamentos com quadros demonstrativos de definições de diversos autores, suas determinadas áreas e respectivas datas de publicação, identificando contradições e/ou concordâncias entre autores. No entanto, pela amplitude do debate, trago aqui apenas algumas importantes reflexões.

3 RESILIÊNCIA NÃO ESTÁ RELACIONADA SOMENTE A SITUAÇÕES IRREVERSÍVEIS

Uma reflexão muito importante e que considero ponto central deste trabalho é que resiliência humana não está relacionada somente a situações irreversíveis, mas também a situações reversíveis. Existem situações que humanamente são irreversíveis,

como: a morte, uma catástrofe natural, uma doença comprovadamente sem cura pela Medicina, entre outras. Depois que essas situações aconteceram não há como voltar atrás, o que se pode fazer é trabalhar na prevenção para que elas não aconteçam com outras pessoas. Podendo haver uma mudança no interior da pessoa que sofreu tal adversidade, dependendo de como esta reage diante da situação.

No que se refere às adversidades causadas pela não garantia de direitos humanos como, por exemplo, o não-acesso a um hospital para tratar uma doença é uma adversidade reversível que precisa ser transformada, a pessoa tem que buscar a garantia do seu direito à saúde e, a organização tem de ser resiliente e garantir esse direito. A fome e a miséria são outros exemplos de adversidades que tem que ser enfrentadas, superadas e transformadas. Nestas situações a transformação não pode ser buscada apenas no interior do indivíduo, mas na sociedade, no Estado e nas organizações. Aceitar a situação que pode ser mudada é resignação e não resiliência, pois a resiliência traz o fortalecimento.

4 RESILIÊNCIA ESTÁ RELACIONADA ÀS CATEGORIAS DE ENFRENTAMENTO E TRANSFORMAÇÃO

Grotberg (2005:15) sintetiza os conceitos contemporâneos em um só “capacidade humana para enfrentar, vencer e ser fortalecido ou transformado por experiências de adversidade”. Este conceito que traz a concepção de enfrentamento e transformação vem se contrapor à adaptação, invulnerabilidade e resistência. Khoury e Matos (2005) assim como outros autores concordam com o conceito e acrescentam que se trata de um processo, relacionado às importantes categorias de enfrentamento e transformação.

4.1 organizações resilientes ativam resiliência nas pessoas e vice-versa

Tavares (2001), outro importante autor contemporâneo, traz para o debate uma necessária ampliação do tema quando mostra a necessidade de que as instituições tornem-se resilientes para dar respostas mais eficaz às pessoas. Define resiliência a partir de qualidades humanas como: inteligência, liberdade, tolerância, justiça, responsabilidade, flexibilidade, solidariedade e cordialidade, qualidades que, se refletidas nas organizações, geram resiliência nas pessoas e vice-versa. Através das organizações pode-se ativar de forma mais concreta essas qualidades já que estas influenciam grandiosamente na vida das pessoas. Neste mesmo sentido, Castro (2001) desenvolve um artigo sobre a importância das instituições educativas para ativar a resiliência nas pessoas. A importância da resiliência

das organizações está em a pessoa não buscar uma transformação somente a partir de suas potencialidades, mas da união de potencialidades de várias pessoas que compõem a organização. Ambos os autores trazem-nos a refletir que, organizações resilientes ativam a resiliência nas pessoas e vice-versa.

5 FATORES DE RISCO E MECANISMOS DE RISCO, FATORES DE PROTEÇÃO E MECANISMOS DE PROTEÇÃO

É também de extrema importância se compreender que na resiliência humana há fatores de risco e mecanismos de risco, a união dos fatores de risco forma os mecanismos de risco; há também fatores de proteção e os mecanismos de proteção, a união dos fatores de proteção forma o mecanismo de proteção; e, os fatores de proteção são internos e externos.

Na busca de uma definição destes primeiros, Szymanski e Yunes, 2001, in. Tavares, 2001:24, dizem que,

fatores de risco relacionam-se com toda sorte de eventos negativos de vida, e que, quando presentes aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais”; “os primeiros estudos sobre risco foram feitos pela Epidemiologia e Medicina, que estudavam padrões de doença em determinadas populações e os fatores que influenciavam esses padrões”. (Lilienfeld & Lilienfeld, 1980, in. Szymanski e Yunes, 2001, in Tavares, 2001:23).

A partir do estudo dos riscos psicossociais percebeu-se que a “privação econômica é uma das principais fontes de risco sociocultural para a criança (Garbarino, 1992, in. Szymanski & Yunes, 2001, in Tavares, 2001:23) e que pobreza e miséria são importantes fatores de risco universal”. (Luthar & Zigler, in. Szymanski & Yunes, 2001, in Tavares, 2001:23).

De acordo com Cowan, Cowan & Schulz, 1996, in Szymasky & Yunes, 2001, in Tavares, 2001:24,

embora seja notório que pobreza, conflito familiar e abuso são prejudiciais, se esses fatores se constituírem em riscos ou não, irá depender do comportamento que se tem em mente e dos mecanismos pelos quais os processos de risco operam seus efeitos negativos na criança.

Ao explicar os mecanismos de risco, Rutter (1996) refere-se à necessidade de fazer a diferença entre *mecanismos de risco* e *indicadores de risco* para esclarecer se as *mediações de risco* realmente geram situações negativas nas pessoas, havendo assim, a necessidade de pensar risco como um processo e não como variável, pois riscos psicológicos não são estáticos, mas variam de pessoa para pessoa. Dessa forma, define os

mecanismos como: *mecanismos mediadores* - que são aqueles presentes quando há apenas a indicação de risco e, os *mecanismos de risco* - “que envolve uma rede complexa de acontecimentos anteriores e posteriores ao evento-chave”. (Szymanski & Yunes, 2001, in Tavares, 2001: 25).

Na busca de definição para o outro pólo da resiliência, Rutter (1985: 600) diz que “fatores de proteção referem-se a influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de desadaptação” (In. Szymanski & Yunes, 2001, in. Tavares, 2001: 37). (In. Szymanski & Yunes, 2001, in. Tavares, 2001: 40). Edith Grotberg (2005), “autoridade mundial na difusão do conceito de resiliência” (Melillo, 2005:11) identificou fatores de proteção e os organizou em quatro categorias diferentes: “eu tenho” (apoio); “eu sou”; “eu estou” (relativo ao desenvolvimento da força intrapsíquica) e “eu posso” (aquisição de habilidades interpessoais e relação de conflitos). Grotberg (2005) diz que “as condutas de resiliência (...) supõem a presença e a interação dinâmica de fatores e esses vão mudando nas diferentes etapas do desenvolvimento (...) exige se preparar, viver e aprender com as experiências adversas”. (apud Melillo & Ojeda, 2005: 17).

No debate sobre os mecanismos, Zimmerman & Arunkumar (1994) dizem que mecanismos de proteção

...implica uma abordagem de processos por meio dos quais diferentes fatores interagem entre si ao longo do tempo e alteram a trajetória do indivíduo. Como produto final desses processos teremos o conceito de resiliência e a combinação desses fatores pode apresentar um impacto maior no desenvolvimento mediante um efeito cumulativo da interação entre os mesmos. (In. Yunes & Szymanski, 2001).

O dicionário Aurélio (2000) nos informa que mecanismo significa “processo de funcionamento”, e fatores: “aquilo que contribui para um resultado”.

Os fatores de proteção internos são inerentes ao homem, exteriorizados em forma de atributos pessoais relacionados ao caráter e a personalidade. Como exemplo, podemos citar: autoconfiança, autoconhecimento, autocuidado, auto-estima, coragem, esperança, fé, honestidade, humildade, justiça, prudência, respeito, responsabilidade, solidariedade, amizade, entre outros. Esses fatores são subjetivos demais para se definir, porém, Queiroz & Ribeiro (2002) trazem reflexões importantes acerca deles no livro “Magia das Virtudes”.

Os fatores de proteção externos são exteriores ao homem e estão presentes no contexto em que ele interage. Lindiström (2001) diz que a resiliência “(...) pode ser vista como o resultado da interação positiva entre aspectos individuais, contexto social, quantidade e qualidade dos acontecimentos no decorrer da vida e os chamados fatores de proteção encontrados na família e no meio social” (apud Assis, Deslandes e Silva 2004:27).

A família, a comunidade, instituições socializadoras (igreja, escola, etc.), educação, saúde, cultura, lazer, políticas sociais públicas, entre outros, constituem-se em importantes fatores de proteção e que, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988 são direitos sociais. Como por exemplo, o Artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente, diz que “A criança e o adolescente têm direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)”; e, o Artigo 196 da Constituição Federal de 1988, diz que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Além da importante sistematização de estudos e pesquisas sobre resiliência apresentados acima, este trabalho traz outros resultados, como: o Projeto Crianças e Adolescentes Resilientes – PROCRIAR; o Grupo de Estudos e Pesquisas de Resiliência e Serviço Social, hoje, RESÍLIO – Grupo de Estudos e Pesquisas de Resiliência na Amazônia –; uma proposta de conceito de resiliência, relacionada ao processo de conhecimento, aprendizagem; e, o conceito de resiliência no Serviço Social com base nos direitos humanos.

6 RESILIÊNCIA NO SERVIÇO SOCIAL E O PROCESSO DE CONHECIMENTO

O conceito de resiliência no Serviço Social surgiu da reconstrução do conceito de resiliência realizada pelos participantes dos minicursos, que relacionaram a resiliência ao processo de aprendizado como fortalecimento. Neste sentido, a resiliência pode ser entendida como “capacidade humana e cíclica de conhecimento-segurança-enfrentamento-superação-conhecimento”. (Ribeiro, 2006). E, “Resiliência no Serviço Social é um instrumental teórico-metodológico inter-relacionado à garantia de direitos, que busca na união de fatores protetores internos e externos – mecanismos de proteção - a ativação da capacidade humana e cíclica de conhecimento-segurança-enfrentamento-superação-conhecimento, objetivando transformar vivências de situações-problema ocasionadas por desigualdades sociais em igualdade e desenvolvimento humano e social”. (Ribeiro, 2006).

7 RELAÇÃO ENTRE RESILIÊNCIA, SERVIÇO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

Nestes conceitos, está intrínseca a inter-relação entre Resiliência, Serviço Social e Direitos Humanos, justificada por quatro importantes motivos:

Primeiro, porque possuem trajetórias semelhantes em seu desenvolvimento. Originam-se de análises com enfoque no indivíduo separado de seu contexto. Os pesquisadores do desenvolvimento humano focaram suas análises para traços e disposições pessoais, embora tenham identificado que fatores externos influenciavam na resposta das crianças à situação adversa, admitiam que a superação estivesse em uma força interior da criança que conseguia se adaptar à situação de adversidade, de modo, a não responder de forma negativa. Os direitos humanos surgem também com o foco no indivíduo a partir do estabelecimento dos direitos civis, que eram baseados no princípio de liberdade e igualdade. Só depois foram surgindo outros direitos referentes à interação do homem com a sociedade. O Serviço Social também surge com o foco no indivíduo, procurando ajustá-lo ao meio através de práticas filantrópicas e caridosas.

Segundo, porque ambos possuem sua efetivação prática comprometida com valores filosóficos referentes a atributos ou virtudes humanas como: justiça, responsabilidade, igualdade, solidariedade, entre muitos outros, e esses atributos só acontecem em uma inter-relação do homem com o contexto externo.

Terceiro, porque as categorias cidadania e democracia também definem formas de enfrentamento, superação e fortalecimento diante de desigualdades sociais que estão intrínsecos na resiliência, direitos humanos e no Serviço Social. As histórias dos direitos humanos e do Serviço Social estão repletas de situações de enfrentamento, superação e fortalecimento. Os direitos humanos para garantirem sua efetivação através das Leis que os protegem, o Serviço Social para garantir uma prática comprometida com a garantia dos direitos humanos vem enfrentando o conflito da dicotomia teoria-prática gerado por um contexto de exploração e violação de direitos. Por outro lado, a própria resiliência vem enfrentando um conflito teórico entre adaptação/ ajustamento/ transformação. E, por ser uma capacidade, pode ser inibida pelo conjunto de fatores de risco que formam os mecanismos de risco e que impedem a efetivação e o desenvolvimento da resiliência.

Quarto, porque a categoria da práxis, que se refere ao movimento de ação-reflexão-ação presente nos direitos humanos e no Serviço Social também está presente na resiliência, no sentido de que, ao enfrentar uma situação-problema, a pessoa de certa forma conhece (identifica) o problema, busca segurança em meios internos e externos e procura superá-lo, saindo fortalecido da situação, tendo como principal fortalecimento novos

conhecimentos advindos da experiência, que possibilitam uma nova reflexão, mais crítica com mais racionalidade.

8 CONCLUSÃO

Por estes e outros motivos, enfatizo a importância de estudar a resiliência no sentido da transformação e na percepção do conhecimento adquirido, tendo de relacionar essa transformação com a garantia dos direitos humanos - um importante mecanismo de proteção que envolve a união de diversos fatores internos e externos. Não deixando de realizar a fundamental inter-relação da resiliência, direitos humanos e Serviço Social.

REFERÊNCIAS

RIBEIRO, Jorgeane Corrêa. **Resiliência e serviço Social na ótica dos direitos humanos**; Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Pará, Centro Sócio-Econômico, Curso de Serviço Social, 2006.